CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0739/89

INTERESSADA : ANA GABRIELA LIMA MIRANDA

ASSUNTO : Recurso sobre avaliação final

RELATORA : CONS^a ELMARA LÚCIA DE OLIVEIRA BONINI

PARECER CEE Nº 954/89

APROVADO EM 13/9/89

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

1.1 Ana Gabriela Lima Miranda, aluna regularmente matriculada na 2ª série do 2º grau da E.E.P.S.G. "Monsenhor João Alves", Taubaté, inconformada com sua retenção em Biologia e na série, após prova de recuperação especial, em 09/02/89, requer, representada por sua mãe, à Delegada de Ensino "a formação de uma comissão competente" para analisar a referida prova, alegando que, "tendo em vista alguns antecedentes, a professora tenha sido demasiadamente rigorosa na correção". Solicita, ainda, que o assunto seja encaminhado ao Conselho Estadual de Educação (fls.15).

1.2 Em 15/02/89, a direção do estabelecimento informa que, "constatado vício de recuperação em Biologia, houve, nos dias 02 e 03/02, novo período de recuperação com novas avaliações. A aluna continuou reprovada e a responsável pela mesma requer a análise das avaliações pela referida comissão (fls.-10).

1.3 Em 27/02/89, a Delegada de Ensino baixa uma Portaria designando três professoras de Biologia de diferentes estabelecimentos para "comporem Comissão de análise do conteúdo e nível da citada prova da 2ª série do 2º grau (fls. 11).

1.4 Na mesma data, a Comissão dá o seu parecer nestes termos:

"1º - quanto ao conteúdo abordado, está coerente e de acordo com a proposta curricular sugerida para o 2º grau pela Secretaria da Educação;

2º - quanto às questões da chamada oral, a comissão não pode opinar quanto à correção das mesmas, uma vez que não há elementos concretos para isso;

3° - quanto ao rigor da correção das questões propostas para a prova escrita, a comissão não pode se manifestar porque o aprofundamento dos temas abordados depende do desenvolvimento intelectual da clientela para que se destina e a presente Comissão desconhece a realidade da escola acima citada" (fls. 12).

1.5 Em 28/02/89, a Delegada de Ensino, em seu despacho, limita-se a dar ciência do parecer da Comissão à aluna, observando-se que, se for do seu interesse, "o mesmo seja encaminhado ao egrégio Conselho Estadual de Educação", mediante requerimento (fls.13).

1.6 Na mesma data a aluna, por sua representante legal, não estando de acordo com a decisão, alegando que acertou 50% das questões da referida prova, cujo nível está elevado para uma 2ª série do 2º grau, dirige-se ao CEE em grau de recurso - (fls. 02).

1.7 Foi anexada ao presente a seguinte documentação:

- questões formuladas para as provas oral e escrita e respectiva avaliação (fls. 4/8);
- termo de convocação, datado de 27/01/89, da direção da.U.E. aos alunos em recuperação de 1ª e 2ª séries do 2º grau para aulas de esclarecimento de dúvidas (por bimestre) de Biologia, em atendimento ao despacho da Delegacia de Ensino (fls. 9);
- xerox do plano de recuperação final, realizado em época especial (fls. 22/25);
- xerox do planejamento referente a Biologia (fls. 30/33);
- documentos escolares da aluna (fls. 34/37);
- xerox do Diário de Classe (fls. 38/50).

1.8 Em 06/04/89, a DRE de S. José dos Campos encaminha o expediente ao CEE, via Gabinete da SE (fls. 51 - verso).

1.9 O Expediente do Gabinete emite telex à DE de Taubaté no sentido de que a EEPSEG "Mons. João Alves" envie cópia do Plano Escolar do 1988 para instrução completa do protocolado, o que foi reiterado, em 24/04/89, através de outro telex.

1.10 A DE de Taubaté, em 15/05/89, em atendimento, encaminha o Plano Escolar (fls. 54/102), tendo antes passado um telex justificando a demora (fls. 52/53).

1.11 Em 22/05/89, o Gabinete da SE encaminha os autos ao CEE.

2. APRECIÇÃO:

Embora o caso em questão, em que a aluna Ana Gabriela Lima Miranda requer, representada por sua mãe, reconsideração sobre a avaliação final em Biologia do ano letivo de 1988, realizado na E.E.P.S.G. "Monsenhor João Alves" de Taubaté, tenha sido encaminhado ao CEE pela SE com base na Resolução n° 235/87, em todos os aspectos, a solicitação não se enquadra na mesma.

Senão vejamos:

2.1 não constam nos autos, pedido de reconsideração à direção da Escola e nem a manifestação do Conselho de Classe que decorreria desse pedido;

2.2 a direção do estabelecimento informa, sem mais detalhes que, "constatado vício de recuperação "em Biologia", em atendimento ao despacho da DE, oferece uma "época especial" com novas avaliações;

2.3 constituída uma comissão competente para análise das provas aplicadas, esta se limita a analisar as questões quanto ao conteúdo abordado na prova escrita, deixando de se manifestar quanto a prova oral, não entrando no mérito da avaliação conferida, em face do desconhecimento do aprofundamento exigido;

2.4 a D.E., sem decidir sobre o fato, determina que se dê ciência à interessada, sugerindo que essa requeira o encaminhamento ao C.E.E. que o recebeu apenas em 24/04/89;

2.5 do todo analisado, resta-nos somente considerar a avaliação que a aluna obteve durante o ano letivo de 1988, na disciplina Biologia, justificando a sua retenção já que esta se distribui da seguinte forma:

1°Bim.	2°Bim.	3°Bim.	4°Bim.	Conc.Final	Época especial Oral e escrita
D	D	C	E	D	D

2.6 Tendo em vista que:

- os pedidos, procedimentos e prazos, ensejaram um atraso considerável, em virtude das dificuldades apresentadas na instrução do protocolado;

- o avançado do ano letivo já inviabiliza qualquer medida que não traga prejuízos educacionais para a aluna;

- a dificuldade de analisar a prova oral em qualquer âmbito, quanto à correção, pela sua própria natureza, embora ter-se em anexo o valor e resultado de cada questão;

- a comissão competente designada pela D.E. já ter se manifestado, quanto ao nível das provas;

- que a aluna não teve, segundo as avaliações, um aproveitamento razoável durante o ano letivo;

- não vemos como deferir sua solicitação.

3. CONCLUSÃO:

À vista do exposto, indefere-se o recurso da aluna Ana Gabriela Lima Miranda, mantendo-se sua retenção, em 1988, na 2ª série do 2º grau, da EEPSG. "Monsenhor João Alves", de Taubaté.

São Paulo, 30 de agosto de 1989.

a) Consª Elmara Lúcia de Oliveira Bonini
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 13 de setembro de 1989.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente